

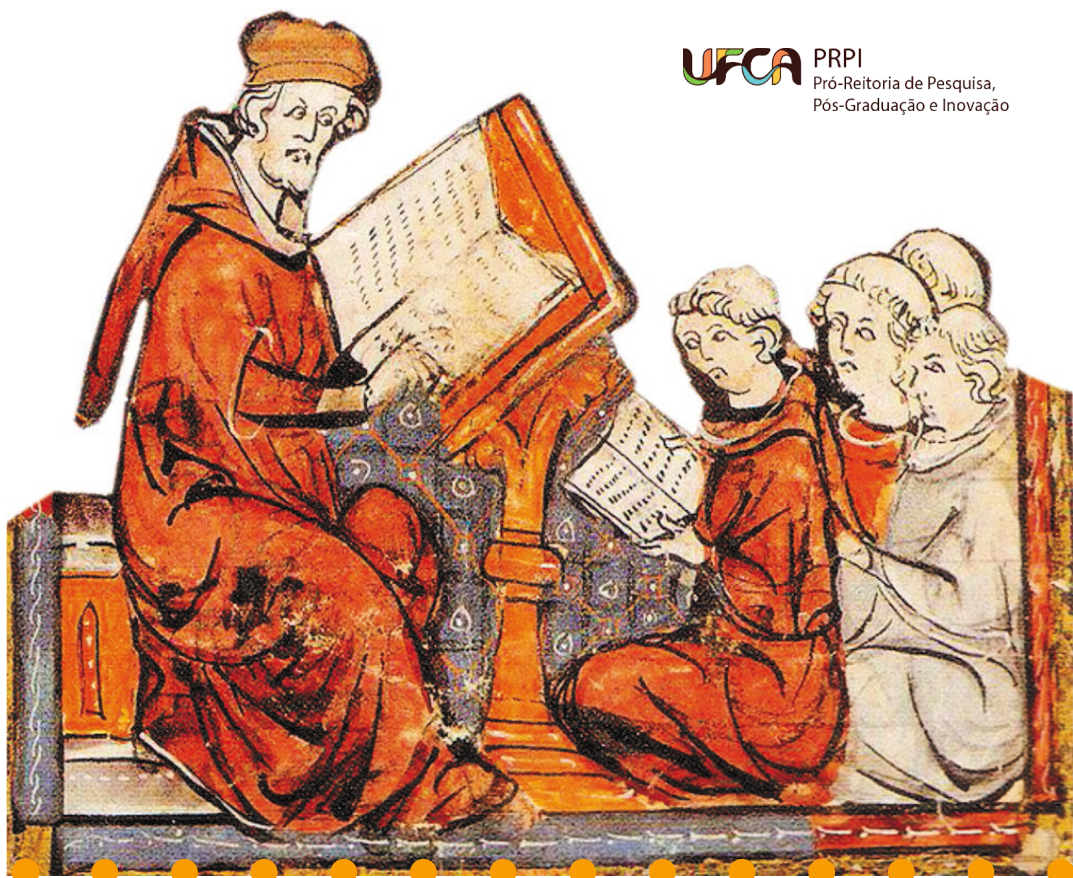
(Org). Nilo César Batista da Silva

CADERNO DE RESUMOS 2018

Colóquio Nacional de Filosofia na
Idade Média

Suas extensões na modernidade
Saber, Verdade e Poder

UFCA PRPI
Pró-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação



(Org). Nilo César Batista da Silva

Caderno de Resumos

COLÓQUIO NACIONAL DE FILOSOFIA NA
IDADE MÉDIA

Suas extensões na modernidade
Saber, Verdade e Poder

Universidade Federal do Cariri

2018

Capa e Diagramação

Lázaro Almeida Galvão

Normalização

Ana Paula Lúcio

Revisão Textual

Natália Brito Bessa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

-
- S578c Silva, Nilo César Batista da (org.).
Caderno de Resumos: Colóquio Nacional de Filosofia na Idade Média suas Extensões na Modernidade – Saber, Verdade e Poder/ Organização: Nilo César Batista da Silva; Diagramação: Lázaro Almeida Galvão; Revisão Textual: Natália Brito Bessa; Normalização: Ana Paula Lúcio. – Juazeiro do Norte-CE: Universidade Federal do Cariri, 2018.
71 p. E-pub.
- Vários autores.
ISBN 978-85-67915-38-8
- Universidade Federal do Cariri – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Juazeiro do Norte, 2018.
1. Filosofia. 2. História da Filosofia. 3. Filosofia na Idade Média.
4. Pensadores medievais. I. Galvão, Lázaro Almeida. II. Bessa, Natália Brito. III. Lúcio, Ana Paula. IV. Título.

CDD 193

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

Comitê Organizador

Prof. Dr. Nilo César Batista da Silva – UFCA (Coordenador)

Profa. Dr.^a Maria Célia dos Santos – UFCA

Prof.^a. Dr.^a Camila Prado de Oliveira – UFCA

Prof. Ms. Marcondes Torquato – UFCA

Comitê Científico

Prof. Dr. Nilo César Batista da Silva – UFCA

Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa – UFPE

Prof.^a. Dr.^a Maria Célia dos Santos – UFCA

Prof.^a. Dr.^a Camila Espírito Santo Prado de Oliveira – UFCA

Prof. Dr. Manoel Vasconcelos – UFPEl

Profa. Dr.^a Maria Simone Marinho Nogueira – UEPB

Profa. Dra. Ursula Anne Matthias UFC

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria de Contaldo PUC/Minas

Profa. Dra. Francisca Galiléia P. da Silva

Apoio Institucional



GT – ANPOF - Agostinho de Hipona e o Pensamento tardo-antigo
NEAFI - CNPq - Núcleo de Estudos agostinianos e Filosofia na Idade Média

Prefácio

O primeiro Colóquio Nacional de Filosofia na Idade Média e suas extensões na Modernidade ocorrido em agosto de 2018, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte - Ceará foi organizado e realizado com a colaboração de vários órgãos de pesquisa dessa Universidade: O Núcleo de Estudos agostinianos e Filosofia na Idade Média, NEAFI – CNPq; Núcleo de Estudos do Pensamento Antigo e Medieval - NEPAM - CNPq e o GT - ANPOF Agostinho de Hipona e o Pensamento tardo-antigo, os quais somaram esforços com o objetivo de reunir pesquisadores no campo de estudos agostinianos e medievais de várias regiões do Brasil para trocar experiências acadêmicas e compartilhar suas produções mais recentes. O tema proposto para o Colóquio, *Saber, Verdade e Poder* tem sua relevância no sentido de suscitar o amplo debate sobre problemas filosóficos antigos que surgiram desde a tradição filosófica grega, mas receberam novas configurações na Idade Média, por meio da articulação *fides et ratio*. O tema da verdade perpassa não apenas questões epistemológicas, mas também questões de natureza deontológica e na filosofia medieval tem suas imbricações no ideal de sabedoria. Na perspectiva dos Padres da Igreja, a verdade é uma descoberta da razão, nunca um produto dela, com efeito, a sabedoria chega a seu termo quando aprende a verdade. Nesses termos, verdade e saber se relacionam no próprio itinerário da razão para Deus, obtendo como base a noção de ordem e hierarquia ontológica, as quais permitem ascender a essência da verdade considerada como Bem Supremo.

Diante do exposto torna-se comum a opinião entre os historiadores da filosofia, que os Pensadores Medievais ocupem um lugar de destaque na História da Filosofia, evidentemente pela pretensão em formular amplos problemas filosóficos-teológicos a respeito da natureza humana, a liberdade, a verdade, o saber e o poder. Podemos destacar grande quantidade de autores, desde Santo Agostinho (354-430) a Nicolau de Cusa (1401-1464), os quais, devem ser considerados autores incontornáveis na compreensão da forma *mentis* do Ocidente, visto que as suas obras estabelecem pontes entre o legado da Antiguidade e o Medievo, de um modo criativo e original.

Os temas da sabedoria e da verdade foram assimilados por estes autores. Buscaram compreendê-los à luz da fé e razão e auxiliados pela doutrina neoplatônica das ideias, refletidos no modelo estritamente cristão. Torna-se interessante frisar que Santo Agostinho, a princípio, não escreve sequer um tratado sobre a verdade, mas o insere no debate acadêmico latino, expresso amplamente no Livro II do *Diálogo sobre o livre arbitrio*, onde instiga à luz da filosofia a refletir sobre a relação sabedoria e verdade no itinerário da vida feliz. Santo Anselmo

escreve especificamente um tratado sobre a verdade, o *De veritate*, no qual expressa a sua doutrina em que versa a identidade entre *veritas e rectitudo*. Para Anselmo, a verdade de uma coisa não se esgota numa apropriação ou relação de tipo lógico ou epistemológico. Ou seja, no *De veritate*, pressupõe que haja um modelo de racionalidade onde possa ultrapassar o campo de ação mais amplo do que o da mera operação do conhecer, esse campo ele denomina de ético.

No medievo concentra-se um fecundo florescimento intelectual, desde Agostinho no século V até o surgimento da Escolástica. A cultura deixa de ser patrimônio das abadias e o ensino tende a organizar-se nas universidades, embora ainda sob o domínio eclesiástico. Este período representa o auge das disputas filosóficas na Idade Média onde alcança a consciência do seu problema fundamental diante de seus adversários: o de compreender e justificar a fé pela razão. Anselmo de Aosta, tendo como ponto de partida Santo Agostinho, representa a primeira grande afirmação da investigação na Idade Média no confronto entre fé e razão dentro da universidade medieval.

Com efeito, nesse fundo, para alguns o medievo foi considerado tenebroso e obscuro da história que organizamos a matéria de nosso colóquio. Em tempos hodiernos onde nos deparamos com as estruturas valorativas de um pensamento débil, trazer à reflexão temas, então, relativizados pela modernidade, pode significar um grande esforço de nossa parte. Mas, a compilação de resumos neste caderno, representa sobretudo o crescente interesse pela filosofia medieval, resultante da fecundidade gerada no debate filosófico sobre Saber e Verdade e sua relação com o Poder.

Nilo César Batista da Silva
Universidade Federal do Cariri UFCA, agosto de 2018

Sumário

<i>Ordo justitiae</i> , o bem próprio da cidade em Santo Agostinho	11
Verdade e Retidão no Pensamento Moral de Santo Anselmo	12
Pensadoras medievais, uma escrita da transgressão	13
As relações verdade e saber no diálogo sobre o livre arbítrio de Santo Agostinho.....	14
Mestre Eckhart ou como pensar de outro modo	15
A formação das imagens na “teoria do conhecimento” de Santo Agostinho ..	16
O bem comum jurídico-político na doutrina de Tomás de Aquino.....	17
Releitura fenomenológica da doutrina tomista no <i>De Ente Et Essentia</i> no <i>Ser Finito e Ser Eterno</i> de Edith Stein.....	19
Breve considerações acerca do conceito de Justiça em Santo Agostinho	21
Conhecimento e Verdade: A recepção da filosofia grega pela <i>Falsafa</i>	22
Tomás De Aquino e a Metafísica Negativa: Sobre as Ideias Divinas (STh. Ia, Q. 84)	23
A Presença do platonismo no <i>De Magistro</i>	25
Saber, Fé e Razão na Obra <i>De Vera Religione</i> de Santo Agostinho	26
A Origem do Mal em Blaise Pascal.....	27
Hegel, leitor de Joaquim da Fiori.....	28
A Filosofia da Educação em Hugo de São Victor	29
O “aristotelismo agostiniano” através da lógica	30

Educação e docência em Pedro Abelardo	31
O conceito de liberdade humana em Santo Agostinho.....	32
O símbolo, significante e significado na obra dionisíaca na perspectiva de Edith Stein.....	33
A filosofia amorosa de Ibn Hazm no séc. XI	34
Sobre os conceitos de “crueldade” e “clemência” na obra “O Príncipe” de Maquiavel	35
Aproximações entre os pensamentos de Hannah Arendt e Agostinho acerca da Genealogia do Mal.....	36
Um percurso para o amor em Beatriz de Nazaré.....	37
As Cartas de Hadewich de Amberes – um caminho para o amor	38
Nuances entre a noção de substância aristotélica e a noção de substância tomasiana	39
Um perfil da filosofia de Tomás de Aquino a partir da obra “Commento all’Etica Nicomachea di Aristotele”	40
O mito da caverna à luz da concepção dialética platônica.....	41
Análise comparativa sobre a teoria do tempo em Santo Agostinho e Henri Bergson	42
Prolegômenos do processo judicial medieval	43
Linguagem e verdade em Tomás de Aquino	44
O mapa do inferno dantesco	45
As Beguinas: uma abordagem histórico-filosófica.....	46
A distinção entre tempo e eternidade em resposta à questão do livre arbítrio na filosofia boeciana	47

Considerações sobre o legislador humano para o combate da “ <i>plenitudo potestatis</i> ” papal no “ <i>defensor pacis</i> ”	48
Subjetividade Agostiana: a certeza da existência do sujeito em Agostinho de Hipona	49
A aplicação do método de aplicação do poder político de Maquiavel em Macbeth de Shakespeare	50
Uma fenomenologia da Catedral em Vilém Flusser	51
O argumento de Aquino na obra ‘ <i>Disputatio</i> ’ de Leibniz.....	52
As Pensadoras na Idade Média: as beguinas e Marguerite Porete.....	53
A política no fim da Idade Média e sua influência no Renascimento: entre o “ <i>De regno – ad regem cypri</i> ”, de São Tomás, e “ <i>Il principe</i> ”, de Maquiavel .	54
Eternidade e tempo nas <i>Confissões</i> de Santo Agostinho.....	55
Teoria das espécies e a refutação de Tomás às vias platônicas na Questão 84.....	56
Cosmovisão Educacional Cristã na primeira fase da Idade Média	57
Da formulação do Problema dos Universais.....	58
O Problema dos Universais: Propriedades como universais ou como particulares	59
Formulação e reformulação do Problema dos Universais: Idade Média e Contemporaneidade	61
A relevância do Pensamento de Santo Agostinho para a Contemporaneidade: um retorno a si mesmo como superação da decadência	63
Apontamentos direcionados aos argumentos propostos por Alvim Plantinga no que se refere a teoria do livre arbítrio.....	64

A estrutura metafísica-onto-antropológica do homem como fundamento para construção de uma “teoria do conhecimento” em Santo Agostinho	66
Uma reflexão acerca do papel do Estado em Santo Agostinho	68
Crer para entender: o contraponto da hermenêutica agostiniana à concepção hermenêutica contemporânea da morte do autor	69
O tempo e o inconsciente: diálogo entre Santo Agostinho e a psicanálise.....	70

Ordo justitiae, o bem próprio da cidade em Santo Agostinho

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria de Contaldo
silviacontaldo@hotmail.com
 Pontifícia Universidade Católica (PUCMinas)

Resumo: O trabalho tem por objetivo tratar, à luz da concepção ético-filosófica de Santo Agostinho, a natureza do bem que é próprio da cidade – a justiça, e possibilitar a reflexão sobre a *tranquillitas ordinis*, condição para a paz, em todos os âmbitos da vida em sociedade. O tema, exaustivamente tratado na obra *De civitate Dei*, pode ser lido, também apreendido na produção epistolar de Agostinho, que viveu em tempos sombrios, sob a dominação e derrocada do Império Romano. Num mundo de guerras, de contendas ideológicas, Santo Agostinho procurou ler aquela realidade valendo-se de lentes cristãs. Base do cristianismo é o amor, preceito maior que se traduz em concórdia, justamente o contrário do que estava posto naquela sociedade, que carecia de verdadeira justiça. O empenho filosófico de Agostinho será demonstrar que a vera *justitia*, sustentáculo de qualquer edifício social, é uma virtude de natureza elevada e só será verdadeira se se referir ao bem comum, se propiciar a todos tranquilidade e felicidade. Da extensa coleção de suas cartas, para tal fim, valemo-nos da correspondência dirigida a Marcelino (Ep.138) e a Macedônio (Ep. 153 e 155). Nesses textos, Agostinho põe em relevo essa natureza política da justiça, sem a qual não há sociedade humana que possa alcançar o bem supremo, que todos amam: ‘a justiça não é só um bem que ninguém possui mal, mas ninguém pode possuí-la se não amar’. Essa declaração do velho bispo de Hipona é a um só tempo questão e resposta para problemas que ainda hoje nos desafiam.

Palavras-chave: *Santo Agostinho. Justiça. Ordem. Cidade.*

Verdade e Retidão no Pensamento Moral de Santo Anselmo

Prof. Dr. Manoel Luís Cardoso Vasconcellos
vasconcellos.manoel@gmail.com
 Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Resumo: O presente estudo pretende apresentar aspectos relevantes do pensamento moral de Santo Anselmo de Aosta (1033 – 1109). Embora não tenha um tratado de Ética, propriamente dito, o autor escreveu três diálogos, intitulados *De Veritate*, *De libertate arbitrii* e *De casu diaboli* nos quais transparecem as bases fundamentais de sua reflexão moral, assentadas na noção de *rectitudo*. Examinaremos as relações, estabelecidas pelo autor entre retidão, verdade, justiça e liberdade. Ultrapassando a trilogia sobre a moral, avançaremos nossa reflexão em direção ao *De Concordia*, obra escrita por Anselmo em 1108, pouco antes de sua morte. A fim de refletir sobre a retidão e sua relação com a graça no pensamento de Anselmo tentaremos melhor vislumbrar em que consiste tal *retidão* sobre a qual repousa a reflexão ética do autor. Veremos como, consoante o Doutor Magnífico, a graça não é incompatível com a liberdade do arbítrio, na medida em que a livre conservação da retidão só é possível com a graça; conclui-se, pois que não há incompatibilidade, mas necessidade da graça para o exercício da liberdade enquanto poder de conservar a retidão da vontade. De fato, a criatura racional recebeu a liberdade não para que pecasse, mas para que pudesse conservar a retidão que recebera de Deus.

Palavras-chave: *Verdade. Retidão. Liberdade. Graça.*

Pensadoras medievais, uma escrita da transgressão

Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira
mar.simonem@gmail.com
 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Se na Contemporaneidade o reconhecimento da presença das mulheres na Filosofia ainda, infelizmente, é questionado por muitos, o que dizer da sua presença na Idade Média, um período onde não cabia a elas o dom de pregar, ensinar ou escrever, sobretudo o que pregaram, ensinaram e escreveram. Logo, suas vozes e suas escritas soam como uma espécie de transgressão, aliás, de muitas transgressões que, aos poucos, e no seu conjunto, podem ser lidas à luz da construção de uma resistência que molda a tentativa de uma mudança do que está estabelecido. Ora, os escritos dessas mulheres nos espantam não só pela vivência que eles refletem, mas também pelo enraizamento de um fundo sólido de conhecimentos, provocando uma dupla reação dos seus contemporâneos: um assombro, que alguns consideraram maravilhoso; e outros, perigoso. Logo, meu objetivo aqui é dar visibilidade à filosofia de autoria feminina na Idade Média, procurando mostrar que esta produção está eivada de transgressões e que estas, por sua vez, veiculam formações identitárias, revelando também as relações de poder nesse conturbado e rico período da história. Neste sentido, não é exagero se falar de um forte movimento feminino na Idade Média que tinha como características, dentre outras, o uso da língua vernácula, a fusão do humano com o divino na união das instâncias afetivas e intelectivas; o uso paradoxal da linguagem, com apelos à linguagem simbólica; a forte influência da literatura cortês do século XII, apresentando, talvez por isso, uma linguagem marcada pelo erotismo; a ausência de uma formação escolar, já que essas mulheres, ao contrário dos homens letrados, não passaram pelas Escolas/Universidades medievais. Assim, pretendo mostrar, também, que os escritos das mulheres medievais se assemelham não só nas suas formas, como também nos temas que abordam. Por fim, a ideia é refletir sobre estas características nas suas relações com as transgressões e com as tentativas de silenciamentos que elas sofreram.

Palavras-chave: *Mulheres. Filosofia. Transgressão. Medieval.*

As relações verdade e saber no diálogo sobre o livre arbítrio de Santo Agostinho

Prof. Dr. Nilo César Batista da Silva
nilo.silva@ufca.edu.br
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: A reflexão traz como objeto de especulação o problema da verdade relacionado ao saber, tratado por Santo Agostinho na sua obra intitulada por *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Antes devemos frisar que Agostinho de Hipona não escreve nenhum tratado específico sobre Verdade, assim como fizeram, Santo Anselmo e Tomás de Aquino. Por isso, seria hesitante de nossa parte, dizer que no presente momento pudéssemos expor de maneira sistemática uma doutrina epistemológica da verdade de Sto. Agostinho em toda a sua extensão. Evidentemente, em razão de não haver nenhuma obra específica do filósofo em que versa sobre o problema da verdade, circunscrevemos parte célebre *Diálogo sobre o livre arbítrio*, no intuito de compreender o papel da verdade ao iluminar a mente humana no percurso da Sabedoria. Para Agostinho, a verdade iluminada na mente é comum a todos os homens; o conhecimento da verdade, por sua vez, esclarece e produz o conhecimento das principais noções, do eterno, imutável e do sempre verdadeiro. O corrente tema da verdade e do saber é comum aos diversos diálogos filosóficos de Agostinho. Entre alguns está relacionado ao ideal de vida feliz e, sobremaneira ao ideal de sabedoria como legado da tradição antiga. De todo modo, o filósofo de Hipona, transporta para Idade Média o fio condutor da questão «verdade e saber» obtendo como ponto de partida, a fé e razão, o discurso de autoridade como algo imprescindível nesse percurso especulativo.

Palavras-chave: *Saber. Verdade. Conhecimento. Agostinho.*

Mestre Eckhart ou como pensar de outro modo

Prof. Dr. José Teixeira Neto

josteix@hotmail.com

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo: O presente texto utilizará o Sermão da Montanha como guia para tentar apresentar algumas reflexões sobre um modo de pensar mais fundamental na obra *Os Sermões* do Mestre Eckhart. Para alcançar esse objetivo, depois de apresentar rapidamente a estrutura do Sermão da Montanha e assumir que o texto do Evangelho de Mateus não quer indicar um modo novo em contraposição ao antigo, mas pretende ser uma volta para o sentido originário, o texto explorará alguns Sermões do Mestre Eckhart. Por exemplo, no *Sermão 5b*, duas expressões chamam a nossa atenção: “os mestres dizem geralmente” e “Eu, porém, digo, segundo a verdade”. Citemos um parágrafo que trata da encarnação do Verbo de Deus e a consequência para a natureza humana e, portanto, para cada homem: “Diz, pois, um mestre: Deus se tornou homem e com isso todo o gênero humano foi elevado e enobrecido. Nós podemos, sim, nos alegrar que Cristo, nosso irmão, por sua própria força, subiu acima de todos os coros dos anjos e está sentado à direita do Pai”. Esse mestre falou corretamente, só que na verdade eu não daria muito por isso. De que me serve possuir um irmão que fosse, lá, rico e eu ali um pobre homem? De que me serve possuir um irmão que fosse, lá, um sábio e eu ali um tolo? Vou dizer uma outra coisa, e uma bem mais decisiva: Deus não apenas se tornou homem, mas muito mais: Ele assumiu a natureza humana” (ECKHART, 2006, p. 65). Os mestres interpretavam a encarnação como uma “elevação” e “enobrecimento” do gênero humano, mas Eckhart se contrapõe a isso afirmando que o alcance, se assim podemos nos expressar, da encarnação para a humanidade é muito mais fundamental, pois Deus não se fez apenas homem, mas assumiu a natureza humana. Portanto, não se trata apenas de elevar ou enobrecer, mas da divinização da humanidade.

Palavras-chave: *Eckhart. Sermões. Pensar. Medieval.*

A formação das imagens na “teoria do conhecimento” de Santo Agostinho

Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa
marcosnunescosta@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo: Em sua “teoria do conhecimento”, Agostinho nos fala de três tipos de imagens: quanto à primeira delas – as imagens das coisas sensíveis –, embora seja considerada um platônico, inicia sua “teoria do conhecimento” de forma a se aproximar, pelo menos aparentemente, mais de Aristóteles do que de Platão, colocando nos sentidos corpóreos o ponto de partida do processo das imagens das coisas sensíveis. Para Agostinho, o processo inicia-se quando os sentidos corpóreos, a que chama de “sentidos exteriores”, são atingidos pelos objetos sensíveis, os quais funcionam como estímulos, excitando-os. Deste contato entre os objetos e os sentidos exteriores geram-se imagens (a que chamará de *phantasia*), as quais serão armazenadas na memória, daí chamar a esta de “estômago da alma” (*Conf.*, X, 14,21), para que sejam usadas em momentos futuros, quando da ausência do objeto estimulador. Mas, além das imagens advindas das experiências sensíveis, a alma aloja na memória também um segundo tipo de imagens: aquelas imagens resultantes de atividades puramente intelectuais ou mentais, elaboradas por ela mesma, conforme diz Agostinho: “Também lá se encontra tudo o que não esqueci, aprendido nas artes liberais [...]. Neste caso, eu não trago comigo as suas imagens, mas as próprias realidades. As noções de literatura, de dialética, as diferentes espécies de questões e todos os conhecimentos que tenho a este respeito existem também na minha memória” (*Conf.*, X, 9, 16). Para Agostinho, esta dupla capacidade de primeiro extrair as imagens dos objetos sensíveis através do corpo (*phantasia*) e, segundo, de pensar e repensar a partir delas, transformando-as em novas imagens mentais (*phantasma*), só é possível porque a alma tem em si um terceiro tipo de imagens: as imagens das Verdades eternas (*imago Dei*), impressas nela por Deus, que a fez à sua imagem e semelhança, as quais a alma tem acesso por meio da iluminação divina.

Palavras-chave: *Agostinho. Conhecimento. Imagem. Deus.*

O bem comum jurídico-político na doutrina de Tomás de Aquino

Prof. Dr. Cláudio Pedrosa Nunes

claudio.nunes@ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Resumo: O presente estudo visa descortinar a doutrina de Tomás de Aquino – preclaro medieval cortejado nos tribunais e círculos jurídicos – a respeito do Bem Comum jurídico-político capaz de permitir e estimular a boa governança e a paz social. Junto a isso, a pesquisa destina-se ainda a relacionar os estudos e conclusões de Aquino naquele singular período da história do saber escolástico com suas vertentes contemporâneas. Em outras palavras, a doutrina do Bem Comum jurídico-político do estudioso medieval, por sua propriedade dogmática e deontológica, revelou-se alvissareira e de autoridade não só no Medievo escolástico, mas se projetou com grande proveito e utilidade até os dias que correm, estimulando a boa hermenêutica jurídica e informando e orientando o trabalho político dos titulares do poder. O conceito de Bem Comum dissecado nesse estudo é sempre um desafio para as ciências jurídico-políticas. Sua gênese formal remonta à Escolástica de Tomás de Aquino, a partir de quando seu conteúdo dogmático alcançou posições as mais variadas e se projetou sobre os estudos das ciências sociais na modernidade e na contemporaneidade. O Bem Comum jurídico-político é conatural a qualquer ordem social e estatal que se pretenda legítima. Essa constatação surgiu a partir dos estudos que se travavam sobre a importância da missão do Estado e de seus titulares – imperadores e príncipes – na condução e organização da comunidade administrada. É nesse panorama que Tomás de Aquino, com acuidade e propriedade, debruçou-se sobre as questões jurídicas e políticas subjacentes ao Bem Comum, formulando definições e concepções dogmáticas e axiológicas que se revelam não só úteis, mas também aplicáveis nos estudos das ciências jurídico-políticas da atualidade. É sobretudo na *Suma Teológica*, *secunda secundae*, e no opúsculo intitulado *De Regimine Principum*, que Aquino espraia seu pensamento jurídico-político a respeito do Bem Comum. Nesse estudo, o Santo Doutor realça o sentido ético-moral da atividade política dos governantes e líderes do Estado medieval, não sem

fazer a devida conexão com a autoridade da Igreja Romana, tudo com objetivo de imprimir qualidade e adequada utilidade à missão da “cidade dos homens” (o Estado) em direção à felicidade, paz social e salvação dos homens. No âmbito estritamente jurídico, Tomás se volta a conceber a lei natural, a lei positiva e a justiça como categorias capazes de ostentar o ideal – perfeitamente alcançável – de promoção do Bem Comum. Assim é que a lei constitui uma ordenação normativa que encontra legitimidade e eficácia quando dirigida a sedimentar o bem geral de todos. A justiça, por sua vez, encerra uma virtude conducente a dar a cada um o que é seu na medida dos méritos e deméritos. . As ações da Igreja Romana também devem alinhar-se nessa missão ordenadora e pacificadora, cujas consequências são promover a aproximação da comunidade humana e seus governantes com Deus, de forma a permitir que o mundo criado permaneça belo e bom desde sua gênese idealizada pelo Criador. É nessa perspectiva que se espraia o presente estudo. O objetivo é descortinar a doutrina de Tomás de Aquino – preclaro medieval cortejado nos tribunais e círculos jurídicos – a respeito do Bem Comum jurídico-político capaz de permitir e estimular a boa governança e a paz social. Junto a isso, a pesquisa destina-se ainda a relacionar os estudos e conclusões de Aquino naquele singular período da história do saber escolástico com suas vertentes contemporâneas. Em outras palavras, a doutrina do Bem Comum jurídico-político do estudioso medieval, por sua propriedade dogmática e deontológica, revelou-se alvissareira e de autoridade não só no Medievo escolástico, mas se projetou com grande proveito e utilidade até os dias que correm, estimulando a boa hermenêutica jurídica e informando e orientando o trabalho político dos titulares do poder.

Palavras-chave: *Deus. Justiça. Política. Aquino. Bem.*

Releitura fenomenológica da doutrina tomista no *De Ente Et Essentia* no *Ser Finito e Ser Eterno* de Edith Stein

Profa. Dra. Ursula Anne Matthias
 ursula_matthias@yahoo.com.br
 Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo: A filosofia de Edith Stein recebeu influências importantes não somente da fenomenologia de Husserl, mas também da filosofia de Tomás de Aquino. Desde o ensaio “A fenomenologia de Husserl e a Filosofia de S. Tomás de Aquino”, de 1929, Stein entende que um diálogo entre estas duas “escolas” de filosofia pode ser fecundo e levar a uma visão original do mundo e a uma doutrina do ser e do conhecer. Na tese de habilitação “Potência e ato”, influenciada pela tradução da obra “Questões disputadas sobre a verdade”, esta convicção torna-se explícita pela primeira vez. No entanto, nesta obra, o principal texto tomasiano de referência são as “Questões disputadas sobre a potência”, percebidas como “demasiadamente teológicas”. O estudo intenso e a tradução do opúsculo do jovem Tomás de Aquino *De ente et essentia*, ao contrário, oferece uma perspectiva claramente filosófica, e por isso, mais adequada à criação de um sistema ontológico no século XX, que é elaborado na obra “Ser Finito e Ser Eterno” (1935). Nesta obra, os conceitos tomasianos de ato e potência são relacionados ao ser essencial fenomenológico e tornam-se ocasião para analisar as modalidades do ser do “eu puro” husserliano, como para aproximar as categorias filosóficas escolásticas e fenomenológicas, como *essentia* e *Wesen* e *ousia*, mostrando a importância destas categorias escolásticas para a filosofia contemporânea. Esclarecendo os conceitos centrais de Tomás de Aquino, como *ens*, *essentia*, *quidditas*, *natura*, *esse*, *existere*, *forma*, *matéria* etc., Stein lança uma nova luz sobre várias problemáticas filosóficas (ordem do ser, origem da distinção real, duplo sentido do ser, a substância, a relação de gênero, espécie e diferença em relação às essências, o princípio da individuação, os puros espíritos, entre outros), mas é no segundo capítulo de Ser Finito e Ser Eterno que o opúsculo do jovem professor

deixou seus frutos mais visíveis. O Capítulo II de “Ser Finito e Ser Eterno” com o título “Ato e potência como modalidades do ser” começa com o parágrafo “Apresentação segundo *De ente et essentia*”. Stein considera a doutrina de ato e potência como o “portal de um grande edifício”, pois estes dois conceitos juntos são capazes de abraçar todo o campo do ser que é pensado como o reino da totalidade dos entes hierarquicamente estruturado. Desta forma, a doutrina tomasiana oferece a Edith Stein instrumentos conceituais para ampliar a perspectiva fenomenológica na direção de uma ontologia do real e ao mesmo tempo se apresenta como uma forma de fazer metafísica que leva às próprias coisas. A “subida” conceitual que atravessa os diferentes reinos do ser leva ao conhecimento de entes cada vez mais perfeitos, até chegar ao ser puro e supremo no qual ato e ser se identificam. Desta forma, é possível alcançar o conceito de Deus a partir de uma metafísica do ser na perspectiva fenomenológica, numa interpretação original, a qual harmoniza o tomismo com as tradições agostinianas, boaventurianas e cartesianas.

Palavras-chave: *Edith Stein. Tomismo. Fenomenologia. Ser.*

Breve considerações acerca do conceito de Justiça em Santo Agostinho

Prof. Dr. Ricardo Evangelista Brandão
 ricardobrand75@gmail.com
 Instituto Federal do Pernambuco (IFPE)

Resumo: Na obra “*A cidade de Deus*”, especificamente no Livro XIX, IV, 4, Agostinho de Hipona situa a noção de justiça no elenco de diversas virtudes fundamentais para uma adequada vida na caminhada à verdadeira felicidade. Assim, no mencionado texto a justiça tem como principal função reestabelecer a ordem política outrora perdida. Agostinho assimilou o conceito de justiça aristotélico expresso na “*Ética a Nicômaco*”, que também foi utilizado por Cícero no contexto no império romano ao escrever a obra “*A República*”. De fato, ambos fazem interpretações da afirmação platônica na *República*, “justiça é dar a cada qual o que é seu”, reinterpretando e mencionado o conceito pela perspectiva da ordem jurídica. Ou seja, “dar a cada qual o que é seu”, na concepção do hiponense aceita como um bom conceito de justiça, nada mais é que manter a ordem entre o homem, Deus e a sua criação. O conceito de ordem é importante para Agostinho em obras com o teor mais cosmológico, todavia, igualmente possui importância na interpretação do conceito de justiça mencionado, envolvendo as relações humanas. Isto é, a justiça acontece quando tudo está em seu devido ordenamento nas diversas relações humanas. O homem possui uma relação adequada com o divino, dando a Deus o seu lugar próprio, tem adequada relação com as coisas e com os outros seres humanos. Justiça é ordenar cada coisa em seu devido lugar na vida humana, de forma que podemos dizer que a justiça é uma forma de unidade, e que dependendo do aspecto pensado, justiça, ordem e unidade se equivalem conceitualmente.

Palavras-chave: Agostinho. Ordem. Unidade. Justiça.

Conhecimento e Verdade: A recepção da filosofia grega pela *Falsafa*

Profa. Dra. Francisca Galiléia P. da Silva
chicagalileia@gmail.com
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo: Discorrer sobre conhecimento e verdade, tendo em vista a reflexão filosófica que se desenvolveu nos primeiros séculos do Islã, é, sobretudo, uma busca por compreender as características do pensamento filosófico que emerge de um povo cuja cultura se constrói a partir da união de diferentes tribos que viviam no deserto e do encontro com o pensamento filosófico-científico oriundo de grandes civilizações. Para tanto, é fundamental fazer referência ao Islã como um movimento religioso que, liderado por Mahoma (570-632 d.C), converteu-se, pouco a pouco, numa alternativa para os problemas dos povos que o aceitaram como sua fé. Deste modo, considerando o recurso da fé e a exigência de estabelecer uma comunidade harmônica em um império em expansão, os pensadores do mundo árabe se valeram, em especial, da tradição grega como fonte para refletir sobre o contexto em que se situavam. Para além disto, é válido, ainda, ressaltar que o processo de recepção da filosofia grega no contexto do Islã envolve eventos como o fechamento da escola de Atenas por Justiniano (529 d.C), a expulsão de alunos e professores da Escola de Edessa (489 d.C), na Síria, e a construção de um centro de estudos em Gundishapur, na Pérsia. Tratam-se de eventos que deixam pistas dos caminhos que a filosofia e as ciências gregas tiveram que percorrer até serem recepcionadas nas terras do Islã. Neste sentido, o estudo quer realizar um panorama de como se originou a *falsafa* a partir da recepção da filosofia grega, tendo em vista o reconhecimento do legado deixado pelo pensamento árabe na história da filosofia, assim como pela atual necessidade de conhecer melhor esta tradição filosófico-cultural.

Palavras-chave: *Falsafa. Filosofia Grega. Islamismo. Fé. Razão.*

Tomás De Aquino e a Metafísica Negativa: Sobre as Ideias Divinas (STh. Ia, Q. 84)

Prof. Dr. Luís Carlos Silva de Sousa

lcarloossousa@unilab.edu.br

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/CE)

Resumo: O objetivo aqui consiste em apresentar uma breve análise sobre a “metafísica negativa” presente no artigo 5º da questão 84 da Primeira Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino: “Se a alma conhece as coisas materiais nas razões eternas” (*Utrum anima cognoscat res materiales in rationibus aeternis*). O foco do artigo se direciona a Agostinho e as razões eternas, mas nosso escopo diz respeito à intervenção de Dionísio Pseudo Areopagita sobre a recepção das ideias divinas em Tomás de Aquino. Para este, de fato, há um aspecto negativo na noção de ente enquanto ente (*ens commune*): o juízo negativo conduz à noção de ente enquanto ente, e permite o acesso à noção de ente material, aparentemente sem a afirmação positiva do ente imaterial. É neste sentido que entendemos a “metafísica negativa” em Tomás de Aquino, como uma metafísica que se estrutura através de um conhecimento não-quididativo de Deus. Como, então, compatibilizar a asserção de um caráter estruturalmente negativo de nosso conhecimento intelectual humano com o acesso cognitivo a razões eternas? Ora, não há em Tomás de Aquino um puro agnosticismo; a negação sempre está fundada em alguma afirmação positiva de Deus (*De pot.* q. 7 a. 5). A análise está dividida, portanto, em duas partes: (a) sobre a incompreensibilidade de Deus e o influxo de Dionísio na recepção do tema das ideias divinas; (b) sobre o conhecimento humano e a transcendência (*excessus*) de Deus (em confronto com *STh.* Ia, q. 84 a. 7 ad 3). (a) A autoridade de Dionísio é mobilizada explicitamente em dois momentos do artigo 5º: na primeira objeção (c. I, *Teologia Mística*) e no corpo do artigo (c. XI, *Nomes Divinos*). De acordo com a primeira objeção, a partir de Dionísio, a alma intelectual do ente humano, no estado da vida presente, desconhece as razões eternas, na medida em que não conhece o próprio Deus no qual as razões

eternas existem. Esta compreensão, a respeito de nosso conhecimento negativo, recebe uma interpretação matizada em Tomás de Aquino, e parece encontrar-se já na obra *O ente e a essência* (c. 5, nº 67), além do que será afirmado no artigo 7º da mesma questão 84: “Se o intelecto pode inteligir em ato pelas espécies inteligíveis que tem em si, não se voltando para as fantasias” (*Utrum intellectus possit actu intelligere per species intelligibiles quas penes se habet, non convertendo se ad phantasmata*). No artigo 5º Agostinho é apresentado em continuidade e em contraste com Platão, a partir de uma teoria do conhecimento não apenas sob a influência de Aristóteles (artigo 6º), mas também - e de modo pouco acentuado - a partir de Dionísio. No tratamento das autoridades, Dionísio (c. XI, *Nomes Divinos*) foi situado no contexto da crítica à *via platônica*, mas seria necessário entender como Tomás de Aquino repensa o tópico das ideias divinas de Agostinho à luz de sua “metafísica negativa”.

Palavras-chave: *Conhecimento negativo. Metafísica. Agostinho. Dionísio. Tomás de Aquino.*

A Presença do platonismo no *De Magistro*

Profa. Dra. Camila do Espírito Santo Prado de Oliveira

camila.prado@ufca.edu.br

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: O objetivo deste trabalho é, a partir da leitura das obras *De Magistro*, de Agostinho e *Mênon*, de Platão, desenvolver a questão: qual é a função do mestre na relação de ensino-aprendizagem? Haverá no pensamento agostiniano sobre mestria e conhecimento uma herança platônica? Embora o próprio Agostinho, em *De Trindade*, 12, 15, tenha afirmado não corroborar com a hipótese da reminiscência apresentada por Sócrates no *Mênon*, pelo pressuposto da transmigração das almas que ela traria, percebemos na afirmação do “mestre interior” agostiniano um legado platônico, transformado, que procuraremos explicitar, inclusive em seus limites. Para empreender tal tarefa, focaremos nossa análise nos quatro últimos capítulos do *De Magistro* e nos passos 80a-86c do *Mênon*.

Palavras-chave: *Platão. Mênon. Agostinho. De Magistro.*

Saber, Fé e Razão na Obra *De Vera Religione* de Santo Agostinho

Prof.^a Dr.^a Maria Célia dos Santos
celia.santos@ufca.edu.br
 Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: A obra *De vera religione* de Agostinho de Hipona, escrita depois da sua conversão ao Cristianismo, não se resume apenas em um conteúdo apologético acerca dos princípios da religião cristã. Com efeito, encontramos no presente escrito, como que uma síntese do pensamento filosófico, antropológico e teológico de Agostinho. Evidenciaremos aqui a concepção agostiniana da verdadeira religião, como assunção radical da própria estrutura ontológica humana, que se manifesta no ato de conhecer. Agostinho insiste que a busca do bem e verdade supremas pela via da razão exige a superação de todo o simulacro e de toda a falsidade. Nesta obra, esta é a tônica preponderante colocada por Agostinho na distinção entre verdadeira e falsa religião: a verdadeira religião implica a purificação e ascese da mente dos simulacros e fantasmas do espírito, isto é, de tudo o que são representações por ela criadas a partir das realidades sensíveis, para aceder à plena e pura união entre a mente e a verdade.

Palavras-chave: *Religião. Homem. Conhecimento. Agostinho.*

A Origem do Mal em Blaise Pascal

Prof. Dr. Andrei Venturini Martins
dreivm@hotmail.com
 Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Resumo: No dia 24 de setembro de 1651, o pai de Pascal, Etiénne, morre, e esta foi a ocasião para que o filósofo francês, inspirado pela atmosfera jansenista e seus diretores de consciência, escrevesse uma *Carta* à sua família e amigos mais próximos. A *Carta*, inicialmente, trata do tema da Consolação, no entanto, em uma análise minuciosa, é possível encontrar outros temas que foram abordados, como a Providência, o Sacrifício, o Pecado Original, o horror à morte e o amor à vida. Diante da proliferação temática, meu trabalho irá ater-se ao tema do Pecado Original, pois é nele que encontro o conceito de *vazio infinito*. Do parágrafo 16 ao início do 21, Pascal faz uma descrição do homem antes e depois da queda: antes da queda o homem possui dois amores, um infinito, que é direcionado ao objeto infinito, Deus; outro finito, que é direcionado ao objeto finito, ou seja, a si mesmo. Com a Queda de Adão, o objeto infinito abandona o homem, o qual direciona injustamente sua capacidade de amar infinitamente à si mesmo e às criaturas, ou seja, aos objetos finitos. “Eis a origem do amor-próprio, era natural a Adão, e justo em sua inocência; mas torna-se criminoso e imoderado, em consequência de seu pecado”. A mudança pós-lapsária – direcionamento da capacidade de amor infinito aos objetos finitos – traduz a incapacidade de preencher o vazio infinito que nasce no horizonte humano depois da Queda. Tal incapacidade da criatura sem Deus faz da vida humana um drama. O homem busca o infinito no reino da finitude: eis o paradoxo. A passagem em que Pascal apresenta a Queda Adâmica é curta, no entanto, densa o suficiente para que alguns intérpretes não concedam a ela a importância capital na própria *Carta* e seus ecos no *Pensées*. Portanto, o objetivo deste trabalho será mostrar a originalidade do termo *Vazio Infinito* e seus desdobramentos na obra de Blaise Pascal.

Palavras-chave: *Mal. Pascal. Pecado adâmico. Amor-próprio.*

Hegel, leitor de Joaquim da Fiori

Prof. Ms. Francisco José da Silva
franz.silva@ufca.edu.br
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: A ideia de história tem suas origens na concepção cristã de mundo, concebida como um plano divino de salvação com um desenvolvimento progressivo e linear desde sua origem até seu fim (telos). Pretendemos nesta comunicação apresentar o pensamento do abade calabrés Joaquim da Fiori (1135 – 1202), o qual em suas obras desenvolveu a relação entre história e trindade a partir da ideia das Eras do Pai, do Filho e do Espírito Santo, às quais correspondem respectivamente os conceitos de Lei, Graça e Liberdade. Segundo Joaquim da Fiori, o início da era do Espírito Santo se daria no ano de 1260, coincidindo com o surgimento de uma nova concepção da vida cristã e da realidade eclesial, para além das hierarquias e estruturas eclesiásticas, sob a condução do Espírito Santo. É notável a influência dessas concepções no Idealismo Alemão, especialmente no pensamento de Hegel (1770-1831), desde seus escritos de juventude até a maturidade, tendo como pano de fundo o curso racional da história. Baseando-nos nesses pressupostos, pretendemos apresentar a leitura hegeliana da concepção joaquimita da história e sua própria compreensão da “nova era do Espírito”, agora pensada a partir da Reforma e da modernidade.

Palavras-chave: *Graça. Liberdade. Hegel. Idealismo alemão.*

A Filosofia da Educação em Hugo de São Victor

Pedro Henrique Ciucci da Silva
pedrociucci@yahoo.com.br
 Pontifícia Universidade Católica (PUC)

Resumo: Enquanto destinado a ensinar o que ler, como ler, por que ler, o *Da Arte de Ler* é também um texto de filosofia da educação. Vendo aquelas ondas de jovens que chegavam nas escolas de Paris, o mestre Hugo concebeu a ideia de apresentar-lhes um quadro geral dos estudos e das disciplinas, para que eles se situassem e pudessem escolher. É na história, o primeiro livro pedagógico direcionado diretamente aos alunos, que nele encontravam um roteiro sobre o que ler e como ler. Além disso, nele, os jovens encontravam conselhos sobre as qualidades que fazem do jovem um bom discípulo, cuja atitude suprema é a disciplina. Vejamos, por um momento, o currículo escolar da época, variável antes da criação das universidades em 1200 a.d, mais fixo com a multiplicação delas. Primeiro, estudava-se na faculdade das artes, o trívio (três vias, artes da linguagem: gramática, dialética e retórica) e o quadrívio (quatro vias, artes das coisas: aritmética, música, geometria e astronomia). Era uma espécie de colegial, que acontecia entre os 14 e os 20 anos. Em artes, estudavam os livros de lógica, na matemática, física e metafísica dos filósofos gregos, árabes e dos próprios mestres que ministravam os cursos. Depois, acedia-se às faculdades de teologia, direito ou medicina, que duravam seis anos para aquisição da licença e o doutorado. Mas o estudo da teologia durava de oito a quinze anos. O doutorado em teologia podia ser obtido com a idade mínima de 35 anos.

Palavras-chave: *Educação. Filosofia. São Victor. Medieval.*

O “Aristotelismo Agostiniano” através da lógica

Prof. Dr. Antônio Patativa de Sales
apatativa@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo: Para Santo Agostinho, a lógica é um instrumento essencial ao método teológico. Ela, e somente ela, é o que possibilita a sua progressão argumentativa, como pode ser verificado nos oito primeiros livros do tratado *DE TRINITATE*. No livro V (caps. 7 e 8), por exemplo, ele usa as categorias aristotélicas (de substância, acidente e relação) para fazer distinção entre as pessoas da Trindade. Mas há mais referências a Aristóteles, diretas ou indiretas, em outras obras, além do *De Trinitate* (*CONFISSÕES, DE DOCTRINA CHRISTIANA, DE CIVITATE DEI*, etc.). Até que ponto o Hiponense conhecia o Estagirita? Como conhecia? Sabe-se que, até o século XII d.C., o tratado das *Categorias* e o tratado *Da interpretação* eram os únicos conhecidos na Idade Média latina. Sobre o conhecimento que Agostinho tinha de Aristóteles, o modo como o utilizava e como tinha/teve acesso ao mesmo, é do que trata este artigo.

Palavras-chave: *Teologia Patrística. Filosofia cristã. Aristotelismo. Lógica. Hermenêutica.*

Educação e docência em Pedro Abelardo

Rosineide A. Taveira Ciucci da Silva
rosiciucci@gmail.com
 Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir os princípios educativos e filosóficos de Pedro Abelardo no contexto do processo educacional na Idade Média, especialmente no período em que floresceu a escolástica e as lutas travadas pelo monge educador em defesa de uma filosofia baseada no pensamento racional. Na Idade Média, o maior desafio era ensinar para uma sociedade analfabeta, pois os conhecimentos privilegiavam as ideias tradicionais e a fé católica. Pedro Abelardo teve como preocupação este povo chegando para uma nova perspectiva de conhecimento, onde não bastavam somente os ensinamentos permeados pela fé bíblica. O grande desafio para este mestre era trabalhar a racionalidade na religião.

Palavras-chave: *Fé. Educação. Docência. Razão.*

O conceito de liberdade humana em Santo Agostinho

Nei Andrade Santos

nei.palmares@hotmail.com.

Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias / Centro Claretiano

Resumo: Diante de tantas questões sobre o mal, Agostinho de Hipona, um dos mais renomados teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo, conhecido por conciliar o embate entre fé e razão, tema central na Idade Média, o bispo africano desconstrói a ideia de “culpa” originada do mal em relação a Deus e apresenta um conceito cristão do mal, ligando o mal à liberdade do homem. Agostinho concebe o mal não como um termo metafísico, mas como a corrupção da natureza humana, ou seja, como um “não ser”, como ausência do bem. Depois ele trata do mal físico como punição de Deus ao pecado da desobediência dos primeiros pais, Adão e Eva, reconhecido pelos descendentes como mal moral. Neste debate sobre o mal, o resultado é uma discussão sobre a escolha certa do homem, isto é, sobre o caminho certo para o homem encontrar a verdade absoluta, que para ele se identifica com Deus.

Palavras-chave: *Mal. Liberdade. Deus. Pecado. Verdade.*

O símbolo, significante e significado na obra dionisíaca na perspectiva de Edith Stein

Prof. Ms. Moisés Rocha Farias
 moisesdacruz@hotmail.com
 Universidade Católica de Quixadá

Resumo: O presente trabalho consiste numa apresentação da relação do símbolo no discurso do Pseudo Dionísio Areopagita e o entendimento de que a linguagem simbólica é utilizada para uma transmissão de um certo tipo de conhecimento, plausibilidade esta verificável nos pressupostos da interpretação steiniana do Pseudo-Dionísio Areopagita. Para isso, buscar-se-á explicitar através do método fenomenológico os pressupostos mais evidentes assumidos por Edith Stein na obra *Os caminhos do conhecimento de Deus: A 'Teologia Simbólica' do Areopagita e seus pressupostos objetivos*. Assim, Edith Stein estabelece essa possibilidade, haja vista se tratar de caminhos, mas é preciso deixar evidente que há uma forma de se chegar ao objetivo, que, no caso, é o conhecimento, de maneira que o discurso dionisíaco é um discurso simbólico. Stein, portanto, vê no símbolo, à luz da consciência, uma objetividade. Mesmo nos fenômenos supostamente subjetivos se estabelece dentro da análise fenomenológica esta objetividade.

Palavras-chave: *Símbolo. Pseudo-Dionísio Areopagita. Edith Stein.*

A filosofia amorosa de Ibn Hazm no séc. XI

Celia Daniele Moreira de Souza

celia.daniele@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ)

Resumo: *O Colar da Pomba*, epístola escrita pelo jurista cordobês Ibn Hazm, no séc. XI, na cidade de Játiva, na atual Espanha, é considerada uma das obras-primas arábico-andaluzas. Tomada de nítido refinamento, a epístola busca explicar o que é o amor, da sua essência à sua expressão nos viventes e usando como pano de fundo a vida aristocrática do autor sob o Califado Omíada de Córdoba. A elaboração de *O Colar da Pomba*, mais do que uma obra literária de língua árabe, é discutida por pesquisadores quanto aos aportes teóricos mobilizados por Ibn Hazm para compor sua teoria amorosa: desde Platão a Hipócrates e relendo valores pré-islâmicos da Península Arábica, o amor de Ibn Hazm é uma expressão do desenvolvimento da falsafa no mundo árabe-islâmico medieval. Aqui pretendemos discutir qual filosofia amorosa Ibn Hazm construiu ao combinar elementos dos mais diversos ao Islã, o que o levaria a defender o amor de inspiração divina como um caminho de martírio e salvação.

Palavras-chave: *Amor. Ibn Hazm. Filosofia. Islã.*

Sobre os conceitos de “crueldade” e “clemência” na obra “O Príncipe” de Maquiavel

Neuma Antônia da Silva
neuma.a.silva@bol.com.br
 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Esta proposta de comunicação surge a partir dos trabalhos de investigação desenvolvidos no Principium – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Filosofia Medieval, UEPB/CNPq. É nosso objetivo nesta comunicação oral apresentar os conceitos de “crueldade” e “clemência” (também nomeado por “piedade”), do modo como aparecem em “*O príncipe*”, de Nicolau Maquiavel, livro publicado originalmente na cidade italiana de Florença, no ano de 1513. O que é a crueldade? O que é a clemência? Particularmente, o que define a crueldade e a clemência do príncipe, de acordo com Maquiavel? Para responder a estas perguntas, procedemos a uma leitura cuidadosa da obra “*O príncipe*”, principalmente o Capítulo 17, no qual Maquiavel trata desses dois termos e começa a estabelecer uma contraposição entre eles – estendida, aliás, ao dilema imposto ao príncipe, instado que é a escolher entre ser amado ou temido. Como resultado dessa abordagem, explicitamos que a crueldade e a clemência são instrumentos à disposição do príncipe – “ferramentas” à mão para uso equilibrado e eficaz. Disso conclui-se que, para Maquiavel, crueldade e clemência não são “bem em si” nem “mal em si”. Seus empregos é que são adequados ou inadequados, insuficientes ou excessivos.

Palavras-chave: *O príncipe. Maquiavel. Crueldade. Clemência. Piedade.*

Aproximações entre os pensamentos de Hannah Arendt e Agostinho acerca da Genealogia do Mal

Deisy Vilela Souza Silva

deisyvilela@yahoo.com.br

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: A genealogia do mal, tema amplamente discutido ao longo da história da Filosofia, é tratada neste artigo por meio de uma análise dos pensamentos de Sto. Agostinho e Hannah Arendt. O mal sob o olhar teológico-religioso em Agostinho e o conceito de banalidade do mal, ético e político, em Arendt. Autonomia humana, livre-arbítrio, irreflexão e moralidade como aproximações entre o pensamento de ambos.

Palavras-chave: *Genealogia do mal. Banalidade. Livre-arbítrio. Irreflexão. Moralidade.*

Um percurso para o amor em Beatriz de Nazaré

Gilma Beatriz da Silva Renovato
 gilmabeatriz97@gmail.com
 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Esta proposta de Comunicação é fruto dos trabalhos de investigação desenvolvidos no Principium – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Filosofia Medieval, UEPB/CNPq. Num Projeto sobre as mulheres na História da Filosofia, descobrimos uma pensadora medieval chamada Beatriz de Nazaré, uma monja cisterciense do século XIII. Assim, apresentaremos um breve panorama de sua vida, bem como sua obra *Os Sete Modos de Amor*, onde Beatriz narra seu percurso espiritual em busca do Amor (Deus), percurso este transcrito em língua vernácula (Neerlandês) e com auxílio de categorias que, mais adiante, seria classificado dentro da mística cortês. Em suas palavras, pode-se perceber que é necessário o conhecimento de si para perseverar na busca pelo Amor, necessário também é o desejo da alma em unir-se ao Amor. A linguagem cortês usada por Beatriz enfatiza certos aspectos de seu texto, tornando-o mais belo, um reflexo de sua devoção a Deus. Mas quem foi Beatriz de Nazaré? Quais são esses sete modos descritos por ela? Para responder a estas perguntas, procedemos a uma leitura cuidadosa de seus escritos publicados na obra intitulada *Os Sete Modos de Amor*, vida e visões, onde podemos encontrar, além dos sete modos, as transcrições de algumas de suas visões.

Palavras-chave: *Monja. Amor. Desejo. Beatriz.*

As Cartas de Hadewich de Amberes – um caminho para o amor

Mônica Lira Lima
monica.limaa123@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Na presente comunicação visamos apresentar os ensinamentos de Deus – Amor, a partir dos conceitos de caridade e iluminação, que se mostram como caminhos para a sua prática. Este relato está na *Carta I*, de Hadewich de Amberes, uma mulher do século XIII pertencente ao movimento das beguinhas. Partindo desse viés de pensamento, nossa pensadora faz um convite à destinatária da *Carta I*, chamada de irmã e filha, mostrando uma trajetória que poderia ser feita para que se faça amante de Deus–Amor. No percurso que é mostrado, Deus é representado como único amor que se pode conhecer.

Palavras-chave: *Deus–Amor. Cartas. Beguinhas.*

Nuances entre a noção de substância aristotélica e a noção de substância tomasiana

Raimundo Sérgio Queiroz da Silva
 sergioqueiroz1952@hotmail.com
 Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: Partindo do entendimento de que as imprecisões que cercam algumas teses residem primordialmente no obscurantismo de determinados conceitos utilizados, torna-se um trabalho sumamente necessário procurar desvelar tais conceitos. Este trabalho pretende apresentar o tratamento do conceito de substância em Aristóteles que, segundo a comum interpretação, a substância (*synolon*) se caracteriza por ser a união de forma (*eidos*) e matéria (*hylé*), e expor as relações com os demais componentes desse sistema ontológico clássico. Em seguida, apresentar também a compreensão de São Tomás de Aquino sobre esse conceito, que por sua vez, é também visto como a união de matéria e forma, mas com o acrescentamento da noção de “ato de ser” (*actus essendi*) e suas relações. Entretanto, esse esforço tem como problema central clarear a diferença entre a substância assim concebida por Aristóteles e São Tomás de Aquino. É importante notar que a principal diferença que existe entre as duas acepções de substância não se encontram no papel desempenhado por esse dentro dos sistemas ontológicos de ambos os pensadores, ou ainda nas relações que lhes são estabelecidas, mas primordialmente nos elementos que os constituem. Além de também apresentar o curioso fato de que Aristóteles, apesar de ter criado a noção de ato-potência, não utiliza dessa noção para fundamentar o conceito de substância, ao contrário de seu notável discípulo São Tomás de Aquino, que parte dessa noção a fim de fundamentar sua acepção de substância, acrescentando um novo e essencial elemento.

Palavras-chave: *Tomás de Aquino. Aristóteles. Ontologia. Substância. Ser.*

Um perfil da filosofia de Tomás de Aquino a partir da obra “*Commento all’Etica Nicomachea di Aristotele*”

Prof. Dr. João Cláudio da Conceição

filojclaudio@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino, Itália

Resumo: Segundo Tomás de Aquino, a ética é o espaço no qual se reflete acerca do conjunto das ações humanas a partir de uma noção de finalidade. Quando Tomás de Aquino compreende a pessoa humana como ser político, vê-se que o aristotelismo o faz enxergá-la como alguém que precisa de vários auxílios para que suas finalidades sejam alcançadas. Para viver bem, é imprescindível que a pessoa humana se coloque diante da desafiante presença do *outro*. O primeiro espaço comunitário no qual a pessoa humana desenvolve potencialidades e alcança finalidades, é a família. Além deste, a pessoa humana precisa do espaço chamado Estado, que é o responsável não apenas por uma manutenção passiva da vida, mas pelo fornecimento de elementos indispensáveis para que o indivíduo se desenvolva e alcance as finalidades que atribui a si próprio. As finalidades são o fruto de escolhas, são eleitas de uma maneira tanto pessoal quanto intransferível. Trata-se sempre de escolhas próprias, mesmo quando as escolhas do *outro* se abatem sobre o *eu* e o desapropriam de si mesmo. Assim, a *phronēsis* assume um papel de relevância para que a pessoa humana elabore finalidades próprias e as hierarquize, de modo que o bem alcançado seja compartilhado na variedade das escolhas que marcam toda a sociedade. Através da leitura da obra *Commento all’Etica Nicomachea di Aristotele*, se verá como as noções de *phronēsis* e amizade foram ressignificadas a partir do diálogo entre filosofia e cristianismo, que anima a reflexão ética durante o medievo, identificando os possíveis elementos para uma ética contemporânea.

Palavras-chave: Aquino. Ética. Amizade. *Phronēsis*. Liberdade.

O mito da caverna à luz da concepção dialética platônica

Poliana Machado Gomes da Silva

polly.mach@hotmail.com

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo: Esta pesquisa enfatiza uma questão central: a relação entre o mito da caverna, retratado em *A República* de Platão, e uma concepção dialética em tal filósofo. Desta forma, tem-se como objetivo primordial elucidar qual o elo entre a alegoria da caverna e a dialética platônica. Ademais, têm-se como objetivos específicos: compreender brevemente a trajetória do pensar platônico e seu invento, o diálogo filosófico; analisar o mito da caverna para o entendimento acerca do sentido da dialética e do conhecimento verdadeiro em tal filósofo; e, por fim, deslindar a concepção de dialética em Platão. Para tanto, foi realizada, como procedimento metodológico, uma pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como foco a obra *A República* de Platão, que corroborou para a divisão deste trabalho em três seções: a primeira realiza breves considerações sobre Platão e a acerca do diálogo; a segunda analisa o mito da caverna e sua relação com um processo dialético em Platão; a terceira seção investiga a dialética platônica. Logo, o diálogo é o modo que melhor atende ao método dialético. Este último é, então, a arte de guiar uma discussão, um método filosófico-científico que tem a finalidade de desenvolver o conhecimento através de perguntas e respostas. Por tudo isso identificou-se uma relação entre o mito da caverna e a dialética em Platão. Isto porque a volta à caverna para o convite ao conhecimento da luz, do Bem, constitui o diálogo filosófico, uma invenção platônica, que apresenta a dialética como movimento promotor da libertação do olhar intelectual, de transformação da cegueira para se enxergar à luz das ideias.

Palavras-chave: *Dialética. Mito da caverna. Platão.*

Análise comparativa sobre a teoria do tempo em Santo Agostinho e Henri Bergson

Prof. Dr. Stênio Marcelo de Lima Costa
stenio_np@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: No presente trabalho temos como proposta fazer uma análise sobre a teoria do tempo de Santo Agostinho localizada no Livro XI das *Confissões*. Nesta, percebemos que se estabelece, no decorrer da argumentação, uma ênfase na ideia de que o tempo é uma distensão da alma, ou, dito de uma forma mais moderna, uma percepção ou duração da consciência, isto é, de que o tempo é um contínuo devir e não se tem como distinguir estados, pois sua transitoriedade não permite tal ato. Analisando a ideia de tempo que aparece no texto *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, do filósofo moderno Henri Bergson, procuraremos, depois de exposta a teoria agostiniana, fazer uma comparação conceitual entre as duas teorias sobre o tempo, a de Santo Agostinho e a de Henri Bergson.

Palavras-chave: *Santo Agostinho. Consciência. Henri Bergson.*

Prolegômenos do processo judicial medieval

Eduardo Cordeiro Nunes de Farias

eduardo_cordeiro.3@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Resumo: A Idade Média, indo de encontro ao senso comum, destacou-se pelo surgimento de diversos institutos jurídico-processuais que se perpetuam até a contemporaneidade. Nesse desiderato, o presente trabalho preconiza a desmistificação da concepção de “Idade das Trevas”, haja vista a significativa contribuição dos pensadores da época para o aperfeiçoamento do sistema jurídico moderno. Assim sendo, o estudo da dogmática medieval deve prescindir de preconceitos atinentes à modernidade, orientando-se pelo contexto social da época na qual a norma foi editada e, efetivamente, aplicada. No que se refere ao nascimento do Direito Medieval, têm-se a clara noção de que este representava, em seu nascituro, os costumes das comunidades bárbaras, assim como também se distanciava dos ideais de justiça e da legislação provenientes do Direito Romano. Ademais, traçam-se os prolegômenos do processo judicial medieval dando ênfase à dogmática dos processos ordálios e a sistemática dos processos inquisitoriais com a ressalva de que, embora compreendidos como institutos distintos, o direito e a moral estavam interligados intimamente em função da ordem divina. Nesse ínterim, com a desutilização progressiva das ordálias, iniciou-se na Idade Média um período de transição dos procedimentos ordálios para os processos inquisitoriais, cumprindo destacar a profunda influência da sistemática inquisitorial no direito contemporâneo e, sobretudo, no direito processual penal. Portanto, depreende-se que a Idade Média refletiu significativas etapas para o aperfeiçoamento de sistemas jurídicos como o anglo-saxônico e o *common law*, vigentes atualmente em determinados países.

Palavras-chave: *Direito. Medieval. Processo. Jurídico.*

Linguagem e verdade em Tomás de Aquino

Prof. Dr. Davi Gadelha Pereira
davi_gadelha@yahoo.com.br
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: O objetivo deste trabalho é tratar acerca da linguagem como verdade enquanto fator indispensável para a cognição dos entes no mundo. Considerando uma simbólica parte dos escritos do filósofo medieval Tomás de Aquino como base, haja vista a vastidão de sua obra, se pretende demonstrar, por meio da análise dos conceitos apresentados no título desta comunicação, com maior propriedade, se há, e quais são os elementos constitutivos da verdade a partir da linguagem para o Angélico Mestre, os quais se pode encontrar em seu pensamento e, a partir disso, traçar a relação que o filósofo medieval teve com a lógica aristotélica, em especial, de um recorte dos escritos lógicos de Aristóteles, a saber, *Da Interpretação* em parte de sua filosofia. Com efeito, a verdade se estabelecerá no âmbito da relação entre o intelecto e os entes.

Palavras-chave: *Linguagem. Tomás de Aquino. Verdade.*

O mapa do inferno dantesco

Roberto Pereira Veras

robertoveras_cg@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Resumo: Este trabalho intenta apresentar de maneira propedêutica algumas considerações sobre a geografia infernal na *Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321). Para tanto, analisaremos inicialmente o Canto III do primeiro Capítulo I – Inferno, cuja visão panorâmica dos círculos infernais pode ser descrita como o poeta florentino consegue destacar. Assim procedendo, tentaremos buscar por meio da pluralidade de recursos imagéticos e estruturais o conceito de inferno que, no medievo, a teologia e filosofia abordavam através de uma perspectiva intolerante no âmbito religioso. Utilizaremos o texto original e alguns comentadores para o aprofundamento melhor do tema proposto.

Palavras-chave: *Inferno. Filosofia. Poesia. Teologia.*

As Beguinas: uma abordagem histórico-filosófica

Simone de Oliveira Barbosa

symoneob@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: Este artigo faz uma abordagem histórico-filosófica sobre o Movimento das Beguinas, de provável início no século XII. Movimento este marcado por perseguições e por uma literatura profunda e considerada herética em sua época, bem como o perturbante fim que tiveram algumas dessas mulheres na Idade Média. Destarte, será fundamental expor o modo de vida que essas mulheres levavam e, conseqüentemente, como e por quais razões conseguiram despertar tanto a fúria quanto o interesse da Igreja no Medievo, causa, talvez, de uma espiritualidade diferente da maneira monástica das mulheres religiosas de sua época.

Palavras-chave: *Beguinas. Espiritualidade. Movimento. Histórico-filosófico.*

A distinção entre tempo e eternidade em resposta à questão do livre arbítrio na filosofia boeciana

Cicera Lima de Araújo
 ciceralima0518@gmail.com
 Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: A problemática acerca do livre arbítrio corresponde a um dos problemas mais presentes na história da filosofia medieval. A presente pesquisa detém a análise dessa questão bem como analisar as concepções de tempo e eternidade na perspectiva de Boécio. Para uma maior compreensão do assunto, buscaremos ainda expor a problemática e resolução em torno desta liberdade que não se anula frente a esta perspectiva. Boécio na segunda parte de sua obra, a Consolação da Filosofia, propõe uma longa reflexão sobre a conciliação entre livre arbítrio da vontade e a Presciência divina, para demonstrar que não há incompatibilidade entre essas duas instâncias. Para solucionar a questão, o filósofo utiliza a distinção entre

Palavras-chave: *Livre arbítrio. Tempo. Eternidade.*

Considerações sobre o legislador humano para o combate da “*plenitudo potestatis*” papal no “*defensor pacis*”

Erison de Sousa Silva

erison267@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo: O *Defensor Pacis*, escrito por Marsílio de Pádua (1275/80-1342/43 d.C) no início do século XIV, é uma obra de teoria política de imensa importância para a fundamentação de um poder “laico”. Inserido em um debate entre o Imperador e o Papa, na sua época, o autor paduano toma partido pelo primeiro, criando uma teoria que iria contra a hierocracia que dava poder supremo ao segundo, poder este conhecido como “plenitudo potestatis”. Para o combate da hierocracia, o autor paduano formulou uma teoria do Legislador Humano que contava com uma elaboração e aplicação da lei feita de modo “laico”, retirando o aspecto de norma dos documentos eclesiásticos. O objetivo deste trabalho é esclarecer como o Legislador Humano é parte fulcral para o desenvolvimento de uma teoria política na qual o fundamento das decisões não é o clero ou o Papa, mas o povo. Para o alcance deste escopo há a necessidade de compreender: por que a teoria do Legislador Humano, de Marsílio de Pádua, não adota Deus como fundamento do poder? Como o Legislador Humano desenvolve as leis? Qual a relação da elaboração das leis com o combate da “plenitudo potestatis” papal? Serão utilizados como ponto de apoio bibliográfico principal os capítulos X à XIII da primeira parte do “*Defensor Pacis*”; ademais, nos utilizaremos de livros e artigos de especialistas no autor.

Palavras-chave: *Defensor Pacis. Legislador Humano. Plenitudo Potestatis.*

Subjetividade Agostiana: a certeza da existência do sujeito em Agostinho de Hipona

Kaio Martins Gomes

kayomartins33@yahoo.com

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: A presente comunicação visa apresentar o movimento de afirmação da existência do indivíduo em Agostinho de Hipona, na tentativa de unir a construção da certeza da existência com o método filosófico agostiniano. É perceptível a importância da afirmação do sujeito em Agostinho, principalmente quando se avalia a construção de sua filosofia que parte da verdade da existência do sujeito e que pretende, assim, formular o encontro com o transcendente mediante o autoconhecimento e a autoafirmação. Evidencia-se, portanto, que a prova da existência é necessária para que seja possível a reflexão do indivíduo consigo mesmo, tendo em vista que esse movimento de reconhecer-se é fator condicionante para se alcançar a liberdade e a graça divina, temas importantes para a filosofia agostiniana.

Palavras-chave: *Subjetividade. Agostinho de Hipona. Existência.*

A aplicação do método de aplicação do poder político de Maquiavel em Macbeth de Shakespeare

Jefferson Silva de Santana

jefferson5684@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: O presente artigo propõe fazer uma análise e posteriormente traçar um paralelo entre o método proposto por Nicolau Maquiavel (1469-1527) de uma racionalidade política norteada pela adequação entre meios e fins aplicada em Macbeth de William Shakespeare (1564 – 1616), tendo em vista o contraponto feito pelo autor inglês através da valorização das paixões. É bem nítido para quem conhece minimamente a obra de ambos os pensadores perceber as semelhanças entre algumas “teorias” e expressões. Mesmo sendo Shakespeare um homem totalmente fora dos padrões acadêmicos de sua época, pois nunca frequentou universidades, nos traz perspectivas acerca da moral, política, origem do mal, etc., tão minuciosas. Nesta obra, escrita por volta de 1605 a 1606 (não se sabe exatamente a data em que Shakespeare escreve Macbeth), o autor tinha como objetivo explicar a questão da natureza de bem e mal através do ponto de vista do personagem principal da narrativa, o que será exposto aqui. Assim, Macbeth, que acreditando cegamente em seu “destino”, desbrava todas as possibilidades para alcançá-lo. Venho aqui de maneira mais objetiva possível mostrar que o que um escreveu repercutiu no pensamento do outro.

Palavras-chave: *Maquiavel. Shakespeare. Macbeth.*

Uma fenomenologia da Catedral em Vilém Flusser

Prof. Ms. Emanuel Marcondes de Souza Torquato

marcondes.torquato@ufca.edu.br

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: Esta pesquisa visa investigar uma fenomenologia da catedral presente na obra *O Último Juízo: Gerações* (2017), do filósofo Vilém Flusser, que permaneceu inédita desde a sua escrita em 1966 até a sua publicação em 2017. Neste trabalho, Flusser procura reconstituir uma significação de mundo moderno e contemporâneo a partir de uma desconstrução dos pilares ou colunas da Catedral e do mundo medieval em camadas de significação: a escolástica, a alquimia e a cavalaria. O que diferencia a filosofia da Idade Média tanto da concepção da Antiguidade quanto da Modernidade era o fato de a Filosofia da Idade da Fé ser uma ciência aplicada – aplicação à salvação das almas, ou seja, o filosofar não era uma curiosidade ou puro exercício da razão, mas sabedoria, arte de ensinar a viver, e viver era uma *ars moriendi*, um saber morrer, pois o objetivo do pensamento medieval era o mundo além dos sentidos, a salvação da alma. Para os medievais, a vivência ou a experiência era fornecida pela fé e a filosofia era a sua serva. A modernidade, a partir do Renascimento, passando pelo Barroco, pelo Romantismo, pela Era Vitoriana e chegando à contemporaneidade, se constitui como uma fuga e negação de uma razão medieval. No entanto, esta fuga é para Flusser uma pose, não se realizando de fato. A fuga da explicação transcendente do mundo para uma explicação imanente se constitui na verdade em uma fé secular constituindo-se a ciência moderna uma espécie de religiosidade.

Palavras-chave: *Ontologia. Flusser. Fenomenologia. Mundo.*

O argumento de Aquino na obra '*Disputatio*' de Leibniz

Arthur Leandro da Silva Marinho

arthurlsmarinho@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: No escrito *Disputatio Metafísica de Principio individui* (1663), Leibniz discute o princípio da individuação fazendo referência ao argumento de São Tomás de Aquino sobre os anjos, questão 50 da *Suma Teológica*. Neste trabalho, temos o objetivo de demonstrar o argumento de Tomás que diz que cada anjo é uma espécie de si próprio. Em seguida, apontar o tratamento do argumento de Aquino no texto *Disputatio* de Leibniz. A problemática deste texto que analisamos é a questão da individuação. Leibniz passa a indicar que os anjos são individuados por suas propriedades. Com este intuito, ele estabelece as bases para formulação de um Princípio fundamental em seu sistema filosófico: o 'Princípio da identidade dos indiscerníveis'. Acreditamos que, no texto *Disputatio*, Leibniz retoma o argumento de Aquino para evidenciar o problema da individualidade e distinguibilidade entre todas as coisas na natureza. Concluímos que a visão de Leibniz a respeito de Aquino no texto *Disputatio* reafirma seu entendimento de que os indivíduos são únicos em sua espécie. Essa formulação da individuação nos fez reconhecer uma versão primitiva do 'Princípio da identidade dos indiscerníveis'. Além disso, esta formulação da individuação é muito importante na concepção de Leibniz, pois ela vai sustentar sua argumentação a respeito das mônadas, conceito refinado na sua maturidade. Por fim, neste trabalho, pudemos observar a discussão acerca da natureza da individuação de todas as coisas no pensamento Leibniziano.

Palavras-chave: Leibniz. São Tomás de Aquino. Princípio da identidade dos indiscerníveis.

As Pensadoras na Idade Média: as beguinas e Marguerite Porete

Valquíria Oliveira de Melo

valkiria.olliveira@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: É sabido que a Idade Média foi marcada pelo fervor religioso, cuja ênfase do ministério cristão estava voltada apenas aos homens. Foi a partir dos movimentos reformadores, que tinham como destaque a profecia e o evangelismo, que se abriu espaço teologicamente permitido para que as mulheres pudessem desenvolver sua espiritualidade, embora a vida religiosa regular excluísse as mulheres da pregação. Mas um grupo de mulheres não estavam satisfeitas de viver uma religiosidade de forma passiva, conhecidas como beguinas, essas mulheres buscavam desenvolver uma nova espiritualidade na qual dedicavam sua vida a Deus e ao cuidado com o próximo. Enquanto algumas mulheres dedicavam suas vidas às obras de caridades, outras, nesse caso, Marguerite Porete, considerava que a própria caridade, ou o bem que ela poderia fazer ao outro, seria ajudar as pessoas/almas a libertarem-se do mundo e, com isso, de todas as suas misérias. Desse modo, tanto as beguinas quanto Marguerite Porete (que não temos como comprovar que fora uma beguina, mas seu modo de vida muito se assemelha aos dessas mulheres) desenvolveram um conhecimento teológico e um olhar de amor para com o próximo. Amor esse que foi aperfeiçoado pela experiência com o divino. Que transformou mulheres comuns em pessoas que viam Deus em todas as criaturas.

Palavras-chave: *Beguinas. Marguerite Porete. Conhecimento. Divino.*

A política no fim da Idade Média e sua influência no Renascimento: entre o “*De regno – ad regem cypri*”, de São Tomás, e “*Il principe*”, de Maquiavel

Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho
 arlindoaguiar@bol.com.br
 Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo: A presente comunicação pretende esboçar um paralelo entre duas obras da filosofia política: o opúsculo inacabado *Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre* de São Tomás de Aquino, e o conhecido *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. O cotejo dos textos permite aproximações diretas entre dois momentos filosóficos distantes mais de duzentos anos por sua temática similar, pelo tratamento filosófico da tradição clássica, e pela sutileza do argumento estabelecido para relacionar o bem comum com o bem privado nas relações políticas. Sem a pretensão de esgotar a complexidade dos autores e das obras em questão, apresenta-se, para os três pontos citados, a dualidade entre o pensamento tomista: situado na disputa entre cesaropapismo e hierocracia, sua recepção das formas de governo e organização política de Aristóteles, e, por fim, como a finalidade privada do Príncipe se estabelece numa hierarquia dos fins justificadora de seu governo e direcionada ao bem comum; e o pensamento de Maquiavel: situado no período de construção dos Estados-Nação, sua recepção da tradição retórica romana e, principalmente, a diferente colocação de sua própria hierarquia dos fins, que se direciona de modo semelhante ao tomista para o bem comum, mas com um tratamento diferente quanto a como esse bem público se relaciona com o bem privado, tanto do Príncipe quanto do povo que lhe é sujeito. Desta comparação em três partes conclui-se por uma necessidade estabelecer a complexidade do quadro filosófico político na passagem da idade média para o renascimento que afaste a ideia de uma ruptura total e permita entender como a idade moderna partilha em continuidade elementos medievais e os desenvolve muito mais do que os abandona.

Palavras-chave: *Filosofia Política. São Tomás de Aquino. Maquiavel. Bem comum.*

Eternidade e tempo nas *Confissões* de Santo Agostinho

Prof. Ms. Francisco Venceslau de Oliveira Jales

venceslau.jales@uece.br

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade expor a questão da eternidade e do tempo a partir do livro onze das *Confissões* de Agostinho. Neste, ele desenvolve esta temática enquanto procura responder à pergunta pertinente em sua época: “o que fazia Deus antes da criação?”. E assim, ao tentar esclarecer o que caracteriza a eternidade e o tempo, o hiponense conclui que enquanto a eternidade permanece sempre e se encontra no nível de Deus, o tempo está sempre em transição, pois o que deixou de ser (passado), o que é (presente), e o que vem a ser (futuro), pertencem ao nível da temporalidade, que é próprio do homem. Assim, aquela primeira pergunta fica sem sentido, pois só a fazemos porque estamos presos aos limites temporais. Mas, eis que surge outra questão, ainda mais intrigante: como meço o tempo e onde posso encontrá-lo? Após uma longa especulação, ele conclui que o tempo não existe objetivamente, mas apenas de maneira subjetiva; sendo este, portanto, uma distensão da alma humana, que se realiza pela atividade conjunta da memória, da atenção e da expectativa.

Palavras-chave: *Agostinho. Eternidade. Tempo.*

Teoria das espécies e a refutação de Tomás às vias platônicas na Questão 84

Prof. Me. Lucas Nogueira Borges
 l_nborges@hotmail.com
 Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo: Analisando a discussão acerca da teoria das espécies inteligíveis, há três interpretações que discorrem sobre suas relações com o objeto externo e que explicam o ato intelectual da alma humana. A primeira interpretação refere-se à espécie como um modo de acesso direto ao objeto, em que o intelecto seria capaz de acessá-lo por sua própria natureza. A teoria das espécies de Tomás, nessa primeira interpretação, é classificada como um realismo direto ingênuo. A segunda interpretação estabelece, ao contrário, um representacionalismo, ou, um realismo indireto. As espécies não seriam apenas intermediários, mas também o primeiro objeto da cognição intelectual. No processo do conhecimento, o objeto exterior seria conhecido apenas secundariamente. Uma terceira interpretação sobre as espécies inteligíveis é a de um realismo direto modificado. Essa interpretação sustenta que as espécies são recursos cognitivos necessários e que somente por eles pode-se apreender um objeto externo. Entretanto, o objeto externo é o que o intelecto visa (*id quod*) e, por isso, o objeto externo é apreendido primeiramente, enquanto a espécie (*id quo*), secundariamente, por um ato de reflexão. Assim, a proposta deste trabalho é, num primeiro momento, rever o debate entre Tomás e o platonismo acerca da origem do conhecimento humano, partindo dessas três interpretações descritas acerca das espécies inteligíveis. Num segundo momento, mostrar como as espécies inteligíveis podem ser tanto o *id quod* quanto o *id quo*, pois, no primeiro caso, a forma do objeto externo enquanto presente no intelecto é idêntica à forma do objeto externo no modo natural. Já no segundo caso, por que a intelecção de algo material no modo imaterial necessita de um intermediário, mas não de um intermediário que seja uma representação ou o primeiro objeto de conhecimento do intelecto.

Palavras-chave: *Teoria das espécies. Realismo. Representacionalismo. Vias platônicas. Tomás de Aquino.*

Cosmovisão Educacional Cristã na primeira fase da Idade Média

Raimundo Yuri Gomes Avelino
 y.gomes1623@gmail.com
 Universidade Regional do Cariri (URCA)

Resumo: A pesquisa objetiva salientar os critérios e as fundamentações do entendimento de educação no início da Idade Média; assim como suas consequentes contribuições à gênese do modelo escolástico por excelência. A vista disso, buscou-se entender a influência elementar da recém-admitida Igreja Cristã Católica através de alguns tratados apologeticos e das primeiras motivações filosóficas cristãs propriamente dita. Após e durante o período de beligerância das invasões germânicas no Império Romano do Ocidente no decorrer do século V, gradualmente novos modelos de organização socioculturais foram reestabelecidos. Principalmente, há de ressaltar-se: graças à solidez dos esforços instrucionais dos primeiros cristãos medievais. Henri-Irénée Marrou, em *História da educação na antiguidade*, salienta que as escolas cristãs “Monástica, episcopal ou presbiteral, não separaram a instrução religiosa, da formação dogmática e moral; concedeu ao mais humilde dos seus fiéis, o equivalente aquilo que a altiva cultura antiga reservava à elite de seus filósofos: uma doutrina sobre o ser e sobre a vida”. (Marrou, 1904:516). Quando iniciado o processo de assimilação do patrimônio cultural antigo e a proficua reestruturação dos processos normativos no campo da *Sapientiae*, floresce uma nova ordenação do antigo sistema das artes liberais – diante do que ela pudesse ser útil à vida e a orientação nos estudos. Deste modo, não se pretende tornar inteligível a divisão sistemática do sistema das artes liberais em Trivium e Quadrivium; mas sim, compreender a sua ingerência nas diretivas filosóficas e educacionais desse período medieval, sobretudo por meio do estudo das obras: Doutrina Cristã de Santo Agostinho (354 – 430 d.C.) e A consolação da Filosofia de Boécio (480 – 524 d.C). Enquanto a primeira obra “serviu de roteiro para os intelectuais cristãos e de ideário e programa para as escolas” (NUNES, 1979:74), o segundo é colocado por Dante Alighieri, no Paraíso; o quarto céu que somente os espíritos sábios estão.

Palavras-chave: *Lectio Divina. Cultura Literária. Filosofia. Cristianismo.*

Da formulação do problema dos universais

Valdetonio Pereira de Alencar
 valdetonio.alencar@ufca.edu.br
 Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: O problema dos universais é um problema fundamental da metafísica medieval. Apesar de soluções para o problema dos universais serem discutidas desde Platão, pelo menos, um marco inicial importante para a formulação desse problema foram as questões postas por Porfírio, no “*Isagoge*”. Segundo ele, podemos distinguir três questões nesse debate: i. Os gêneros e espécies são realidades subsistentes ou consistem apenas em conceitos mentais? ii. Se os gêneros e espécies são realidades subsistentes, eles são corpóreos ou incorpóreos? iii. Se os gêneros e espécies são incorpóreos, eles existem apenas nas coisas sensíveis, dependendo das mesmas, ou possuem uma existência separada? Mesmo não tendo a pretensão de resolver essas questões, Porfírio teve o mérito de construir uma maneira de entender o problema dos universais, que constituiu a base de discussão feita por filósofos medievais posteriores, como Boécio, Abelardo, Scotus e Ockham. Na metafísica atual, ocorre uma retomada do problema dos universais. Contudo, esse problema não foi retomado através do esquema de Porfírio. Há, principalmente, duas maneiras como o problema dos universais é apresentado no debate metafísico recente: a abordagem linguística e a abordagem da unidade na multiplicidade. Ambas abordagens podem ser compreendidas como interpretações da posição platônica. Contudo, o contexto filosófico mais amplo também influenciou essas abordagens. Por exemplo, a filosofia da linguagem no século XX influenciou uma interpretação linguística do problema dos universais. Este trabalho possui os seguintes objetivos: apresentar as interpretações para o problema dos universais citadas acima e indicar possíveis razões para que o debate atual sobre universais não tenha sido guiado pelas questões de Porfírio.

Palavras-chave: *Universais. Porfírio. Nominalismo. Platonismo.*

O problema dos universais: propriedades como universais ou como particulares

Francisco Hugo Macêdo Barreto; Karolyne Martins Oliveira (UFCA)

hugo2730@hotmail.com

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: É notório que durante o período medieval a questão dos universais foi o foco dos debates filosóficos. Temos no comentário de Boécio ao Isagoge de Porfírio, um tratamento detalhado do que venha a ser o estatuto ontológico dos universais. Duas perspectivas opostas surgem então para solucionar o que chamamos de “problema dos universais”. Estas são o realismo que remonta a Platão e Aristóteles e o nominalismo, que na idade média tem sua versão mais forte com Guilherme de Ockham. Em linhas gerais, um realista defende a existência de objetos independentes de nosso conhecimento acerca deles. Entretanto, um nominalista rejeita a existência de tais objetos. Para entender o problema, devemos previamente entender a distinção entre entidades particulares e entidades universais. Universais são constituídos de dois tipos: propriedades e relações; os particulares, do mesmo modo, são constituídos de dois tipos: concretos e abstratos. As propriedades são os atributos que os particulares possuem, as qualidades que eles instanciam. Do particular Aristóteles podemos identificar como propriedades pertencentes a ele, a sua humanidade, sabedoria, entre outras. Todavia, em “Aristóteles é discípulo de Platão”, a relação ser discípulo ocorre entre dois particulares, Aristóteles e Platão. O problema não se funda em particulares possuírem propriedades e relações. A questão dos universais está em saber se uma mesma propriedade pode ser instanciada por mais de um particular. Ou seja, se Aristóteles e Platão são humanos, a propriedade ser humano presente em Aristóteles é a mesma propriedade ser humano presente em Platão? O problema dos universais pode ainda ser dividido em dois aspectos, um linguístico e outro metafísico. O primeiro aspecto se refere a uma descrição ser colocada em dois particulares distintos. Esse aspecto tem como problema explicar o funcionamento da predicação, de como se aplicam predicados a nomes. O segundo aspecto pode ser resumido

em saber se as propriedades são particulares ou universais. Este trabalho tomará como relevante somente o último aspecto. Este trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem introdutória ao problema dos universais e algumas tentativas de respostas. Na primeira parte, apresento de maneira sucinta o problema dos universais. Na segunda, introduzo, em linhas gerais, o realismo platônico e aristotélico, apontando possíveis vantagens e desvantagens. Finalmente, discuto também, possíveis vantagens e desvantagens no nominalismo de classe e na teoria de tropos.

Palavras-chave: *Universais. Realismo. Nominalismo de Classe. Teoria de Tropos.*

Formulação e reformulação do problema dos universais: Idade Média e Contemporaneidade

Karolyne Martins Oliveira, Francisco Hugo Mâcedo Barreto

karolm1997@gmail.com

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: É notável que a questão dos universais vem desde a antiguidade. Em Platão e Aristóteles, já podemos encontrar teorias para responder ao problema. Desde então, foram formuladas diversas teorias para responder ao problema dos universais. Dentre estas soluções, havia as teorias que defendiam a existência de universais como transcendentais ou imanentes. Assim como teorias que defendem a existência apenas de particulares. As soluções que estavam concentradas com a defesa da existência de universais seguiam o viés realista. Em contrapartida, as teorias que defendiam a existência de particulares são teorias do tipo nominalistas. Entretanto, mesmo podendo encontrar teorias em Platão e Aristóteles, o problema em si, teve seu início com Porfírio. Na Isagoge, logo no início, o autor fala sobre as espécies fundamentais de termos universais. Neste contexto, Porfírio trata a questão de modo introdutório. A formulação do autor para o problema se resume em três questões: (1) Gêneros e espécies são realidades subsistentes em si mesmas ou se consistem apenas em simples conceitos mentais? (2) Caso contenham existência real, são corpóreos ou incorpóreos? (3) Se o último, então, são separadas das coisas sensíveis ou estão no interior delas? Embora Porfírio não trate das soluções, as questões levantadas por ele provocaram o início da querela medieval. Sendo estas o foco central deste período. Entretanto, mesmo com o medieval e a querela medieval focada em resolver o problema dos universais, ainda houve diversas teorias acerca do problema. Ao se deparar com o problema na atualidade é possível perceber uma mudança na formulação do problema. Se torna propício afirmar que o debate na atualidade tem seu início com Armstrong, na obra *A theory of universals* (1978). Nesse livro, o autor identifica duas formas de argumentações para o problema. Um é o argumento *One over Many*, o qual levanta o fato de que na experiência parece que os objetos distintos se mostram idênticos

na natureza. E essa aparência não pode ser explicada sem admitir universais. O segundo argumento é fundamentado na semântica, se termos gerais existem, é necessário que sejam postulados universais como significado para tais termos gerais. Esta formulação parece ser aceita por outros autores da contemporaneidade. Resumidamente, este trabalho tem por finalidade apresentar e comparar a formulação do problema dos universais no medievo. Fazendo uso da formulação do problema na idade média, visando algumas soluções para o problema durante a querela medieval. Em seguida, pretendo apresentar o problema na atualidade, assim utilizo da formulação de Armstrong como ponta pé inicial para o debate na atualidade. E por fim, introduzo a teoria de tropo, de maneira sucinta, como a melhor resposta para o problema dos universais.

Palavras-chave: *Querela medieval. Ontologia. Armstrong. Problema dos universais. Teoria de tropos.*

A relevância do Pensamento de Santo Agostinho para a Contemporaneidade: um retorno a si mesmo como superação da decadência

Eric Klepton de Oliveira Benício

ericklepton196@gmail.com

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Resumo: O presente estudo tem como finalidade discutir, a partir da perspectiva de Santo Agostinho, os impactos dos diversos discursos, sobretudo, políticos, na forma como os sujeitos relacionam-se consigo mesmo e com outrem na atualidade, dando ênfase à dimensão corpórea em detrimento do âmago. Percebe-se que o contexto da contemporaneidade surge com uma supervalorização concentrada no corpo. Tal período é demarcado pela emergência sensorial e aniquilação do campo da essência. Pode-se considerar o processo de interiorização cada vez mais depreciado à medida que as relações se constituem de forma superficial, reafirmando o caráter objetual pertinente ao estabelecimento dos vínculos com outro. Neste ínterim, o corpo ocupa uma função associada à produtividade, onde aquele que é improdutivo é designado como descartável. Visto que este modo de como viver pode ser resultado do investimento exacerbado ao corpo. Neste sentido, o pensamento elucidado por Santo Agostinho é relevante devido estar inclinado a um retorno a si mesmo como maneira de superar as fragilidades vivenciadas no soma, indo, portanto, em controvérsia aos ditames sociais. Introduce ainda que, para se alcançar a verdadeira Verdade faz-se necessário dominar, antes de tudo, as condutas pecaminosas manifestadas corporalmente, a fim de encontrar o conhecimento da alma (Iluminação Divina) que habita em cada um de nós.

Palavras-chave: *Corpo. Santo Agostinho. Retorno a si mesmo. Iluminação Divina.*

Apontamentos direcionados aos argumentos propostos por Alvim Plantinga no que se refere a teoria do livre arbítrio

Matheus Fernandes Guedes de Souza
Mathferguedes@gmail.com
 Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Resumo: O presente trabalho é decorrente do início da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, o qual consiste em ambientar o leitor em uma das atuais discussões dentre a área da filosofia da religião na contemporaneidade: o problema lógico do mal. Através das obras de Agostinho, o problema do mal foi formulado pela primeira vez da forma como o conhecemos. Este problema vem surgir dentro da contradição percebida não só pelos fiéis, mas também pelos ateístas, que não compreendiam o porquê, se Deus existe, e sendo a bondade suprema, ele permitiria a existência do mal no mundo. No tempo atual, um dos filósofos que trabalha esta questão é o americano Alvin Plantinga, um dos filósofos analíticos mais importantes da atualidade. Plantinga vai propor uma resposta ao problema do mal, usando argumentos que estão em concordância com os argumentos de Agostinho, como a questão da defesa do livre arbítrio, tendo apenas como diferença a utilização da lógica modal e da semântica dos mundos possíveis, meios que Agostinho não tinha em seu tempo. Considera-se assim uma elevação do problema ao um outro nível, contendo uma aparente rigidez lógica e argumentativa em seu favor. Um dos aspectos centrais da base argumentativa de Plantinga, ao que parece, procura mostrar a inconsistência lógica do argumento utilizado pelos ateístas contra a existência de Deus se baseando numa possível contradição das premissas que formulam o problema do mal: A. Deus é onipotente, onisciente e soberanamente bom; B. O mal existe no mundo. O que Plantinga aparenta argumentar é que a defesa do livre arbítrio pode ser entendida como um esforço para mostrar que pode existir um modo diferente de bem que Deus não pode criar sem a presença do mal. Estes, segundo ele, seriam os estados coisas boas que incluem; não implicariam a existência de

qualquer mal, todavia o próprio Deus não poderia dar-lhe existência sem consentir o mal. Desse modo, podemos começar a encontrar questões para incrementar a iniciante pesquisa, aspirando estudar a discussão proferida atualmente sobre o problema do mal a partir dos argumentos sobre o livre arbítrio postos por Plantinga, influenciado por Agostinho.

Palavras-chave: *Plantinga. Problema. Mal. Livre Arbítrio.*

A estrutura metafísica-onto-antropológica do homem como fundamento para construção de uma “teoria do conhecimento” em Santo Agostinho

Prof. Dr. Antônio Pereira Júnior

apereirajunior@hotmail.com

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo: A teoria do conhecimento de Santo Agostinho está edificada sobre a esteira do pensamento platônico. As influências de Platão na filosofia agostiniana podem ser notadas em diversos aspectos do seu sistema metafísico-onto-teleológico. No âmbito empírico-gnosiológico das sensações, esta influência mais uma vez se faz notar, uma vez que, tal qual em Platão, o método agostiniano de busca do Conhecimento (Verdade), assume uma trajetória ascensional que parte das coisas inferiores (sensíveis, visíveis e materiais) para as superiores (inteligíveis, invisíveis e imateriais). Nesta perspectiva, o projeto epistêmico desenhado pelo Santo Doutor, caracteriza-se pela passagem do pensamento anímico de uma realidade *ad extra* para uma realidade *ad intra*, ou seja, do conhecimento sensível para o conhecimento inteligível via interioridade. Todavia, nosso ensaio deter-se-á aos aspectos inerentes à apreensão do conhecimento a nível sensível, procurando responder as seguintes problemáticas: Qual a origem do conhecimento? E, como se dá o processo de apreensão do conhecimento sensível em Santo Agostinho? A grande aporia que envolve a gnosiologia agostiniana, a qual também é responsável por impulsionar as especulações filosóficas do nosso Pensador sobre a possibilidade de apreensão do conhecimento, pode ser encontrada já em sua primeira obra *Contra os Acadêmicos*. Este escrito filosófico inaugural traz para debate a questão da possibilidade de apreensão do conhecimento, uma resposta ao pensamento cético que veio a se instaurar na Academia de Platão por meio dos escolarcas Arcesilau e Carnéades. Isto posto, para bem elucidar o processo de construção do conhecimento sensível, se faz necessário transformar em objeto o ente que está envolvido em todo este

processo epistêmico de busca e apreensão do conhecimento: o próprio homem. Tal enquadramento terá como objetivo facilitar a compreensão do processo de abstração e apreensão do conhecimento em nível sensível, através da análise da estrutura metafísico-onto-antropológica do ente em questão, perpassando desde as suas dimensões físico-sensíveis mais elementares, até alcançar as dimensões racionais-inteligíveis, consideradas pelo Santo Doutor, como sendo as mais elevadas no homem.

Palavras-chave: *Conhecimento. Filosofia. Gnosiologia. Abstração. Apreensão.*

Uma reflexão acerca do papel do Estado em Santo Agostinho

Pedro Claudemir da Cruz Costa (UFRN)
pedrocosta.uepb@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão acerca da ideia de Estado no pensamento ético-político de Agostinho de Hipona. O percurso do trabalho apresentará a noção de um Estado que deve proporcionar aos seus membros uma boa vida, tendo como meio para isto os valores eternos. Apesar deste caráter divino, será mostrado que muito do que Santo Agostinho desenvolve está associado a características presentes no Império Romano desde a sua formação e que, devido a formação romana do bispo, aparecem para ele como indissociáveis, como, por exemplo, a relação entre Império/Estado e Igreja. Desse vínculo é que se constrói a concepção de que um Estado deve não só se valer dos princípios divinos, como também receber orientação da Igreja para a promoção de valores que geram o bem comum, muitos dos quais se encontram presentes ainda hoje na conceituação de Estado, como segurança e ordem.

Palavras-chave: *Estado. Santo Agostinho. Império Romano.*

Crer para entender: o contraponto da hermenêutica agostiniana à concepção hermenêutica contemporânea da morte do autor

Anderson de Assunção Ferreira
 assuncao_anderson@outlook.com
 Faculdade de Teologia Integrada (FATIN)

Resumo: Alguns dos pensadores mais influentes do século XIX foram apelidados de “mestres da desconfiança”, e o que eles ensinam é uma suspeita sistemática em relação àquilo que parece ser a explicação do senso comum sobre as coisas. No entanto, a situação na pós-modernidade é até mais terrível, pois envolve não apenas a chamada “hermenêutica da desconfiança”, mas, de maneira mais notável, a desconfiança da hermenêutica. Esta comunicação visa apresentar uma defesa da visão agostiniana da interpretação e da realidade do significado, que contrasta agudamente com dois grupos de oponentes: os hermetistas, que afirmam ter descoberto uma chave para o texto que não é a intenção do autor, e os cínicos, que afirmam ser impossível chegar ao significado e entendimento. Defende-se a crença de que podemos vir a conhecer alguma coisa além de nós mesmos quando olhamos para o espelho do texto. Discorrer-se-á, ainda, sobre três dos pressupostos básicos da hermenêutica agostiniana: a possibilidade de comunicação verbal; a crença de que o entendimento que obtemos pela comunicação é mais importante do que as próprias palavras; e a ideia de que a principal virtude hermenêutica é a caridade.

Palavras-chave: *Agostinho. Hermenêutica. Comunicação. Morte do autor.*

O tempo e o inconsciente: diálogo entre Santo Agostinho e a psicanálise

Bruno Raniery de Brito

brunobritopsi@gmail.com

Graduando do curso de Filosofia pela Universidade Federal do Cariri – UFCA;
psicólogo, graduado pela UNILEÃO – Centro Universitário

Resumo: A noção de tempo é, e sempre foi um problema filosófico, no entanto esse problema não suscita interesse apenas para a filosofia, mas também para outros campos de saber, tal como a psicanálise. A noção e vivência do tempo é variada e complexa, constituindo-se como uma dimensão fundamental da experiência humana. Na filosofia medieval um dos autores que refletiu sobre o tempo foi o filósofo Santo Agostinho de Hipona. O tempo, para Agostinho de Hipona, é analisado numa perspectiva psicológica tida a partir de sua percepção subjetiva sobre esse fenômeno. Assim, em seu livro *Confissões* o filósofo explana sua concepção e teoria do tempo pautado numa análise baseada numa perspectiva própria, criando a partir de suas reflexões uma teoria própria desse fenômeno tão estudado. Outro campo do saber que se interessou sobre o tempo foi a psicanálise. Para a psicanálise, o tempo é dado a partir da noção de inconsciente. Cada sujeito em sua experiência com o mundo teria uma lógica de tempo individual que seria trabalhado no ambiente clínico, sendo pautado num tempo não cronológico, mas em um tempo lógico do próprio inconsciente. Portanto, o tempo, vivenciado a partir de uma reflexão psicológica, traz analogias entre a teoria agostiniana e a psicanálise. O presente trabalho consiste num esforço de analisar a reflexão agostiniana sobre o tempo, realizando um diálogo com a teoria psicanalítica. Para tanto, a presente pesquisa foi delineada a partir de uma revisão bibliográfica que se utilizou de autores clássicos e contemporâneos da teoria psicanalítica, bem como o livro *Confissões* de Santo Agostinho de Hipona.

Palavras-chave: *Santo Agostinho. Psicanálise. Tempo. Filosofia. Medieval.*

